

Ribas do Rio Pardo/MS, 19 de Setembro de 2024.

Mensagem n. 55/2024.

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

**Excelentíssimos Senhores Vereadores,**


Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à deliberação da Câmara Municipal, a inclusa o Projeto de Lei n. 72, de 19 de Setembro de 2024, que *“Dispõe sobre alteração de limites de consignação em folha de pagamento, mediante celebração de convenio e determina outras providências”*, que se faz necessário visando a alteração Legislativa da Lei Federal n. 14.509 de 22 Dezembro de 2022 em seu art. 2º, parágrafo único, que determina que *“o total de consignações facultativas de que trata o caput deste artigo não excederá a 45% (quarenta e cinco por cento) da remuneração mensal”*.

Cumpre ressaltar que o Sistema Financeiro Nacional é composto de entidades *normativas, supervisoras e operacionais* as quais seguem legislações específicas para o setor dos três entes federativos, devendo, contudo, guardar uma unidade das legislações municipal, estadual e federal para manutenção da racionalidade do sistema jurídico-legal.

O presente Projeto de Lei busca uniformizar a legislação Municipal com a Federal para alterar o limite de margem consignável de 45% (quarenta e cinco) por cento dos rendimentos mensais de servidores municipais em consonância com a Lei Federal n. 14.509 de 22 Dezembro de 2022 em seu art. 2º, parágrafo único e demais garantias ao consumidor.

Diante do exposto, certo da importância do projeto de lei, solicito que seja apreciado por essa Casa Legislativa e posterior aprovação, e, na oportunidade, reitero os meus protestos de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.

Atenciosamente,



**JOÃO ALFREDO DANIEZE**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**Ao Excelentíssimo Senhor Vereador**  
**LUIZ ANTÔNIO FERNANDES RIBEIRO**  
**DIGNÍSSIMO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE**  
**RIBAS DO RIO PARDÓ – MS**

**PROJETO DE LEI Nº 72, DE 09 DE ABRIL DE 2024**

Dispõe sobre alteração de limites de consignação em folha de pagamento, mediante celebração de convenio e determina outras providências.

**O Prefeito Municipal de Ribas do Rio Pardo**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - O parágrafo segundo e terceiro do art. 1º da Lei Municipal n. 803 de 16 de Janeiro de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

§2º O limite de desconto objeto da autorização não poderá ultrapassar o valor de 45% (quarenta e cinco) por cento do salário mensal ou vencimento do servidor.

§3º No caso do desconto objeto da autorização para ocupantes de cargos eletivos, não poderá ultrapassar o valor de 45% (quarenta e cinco) por cento do subsídio dentro da mesma legislatura.

**Artigo 2º** - Fica acrescido os seguintes artigos a Lei Municipal n. 803 de 16 de Janeiro de 2006:

Art. 1-A. A contratação de nova operação de crédito com desconto automático em folha de pagamento deve ser precedida do esclarecimento ao tomador de crédito:

I - do custo efetivo total (CET) e do prazo para quitação integral das obrigações assumidas; e

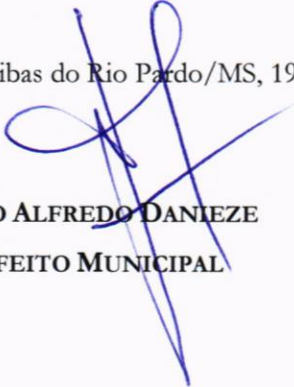


PREFEITURA MUNICIPAL  
**RIBAS DO RIO PARD**

II - de outras informações exigidas em lei e em regulamentos.

**Artigo 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ribas do Rio Pardo/MS, 19 de Setembro de 2024.

  
**JOÃO ALFREDO DANIEZE**  
**PREFEITO MUNICIPAL**